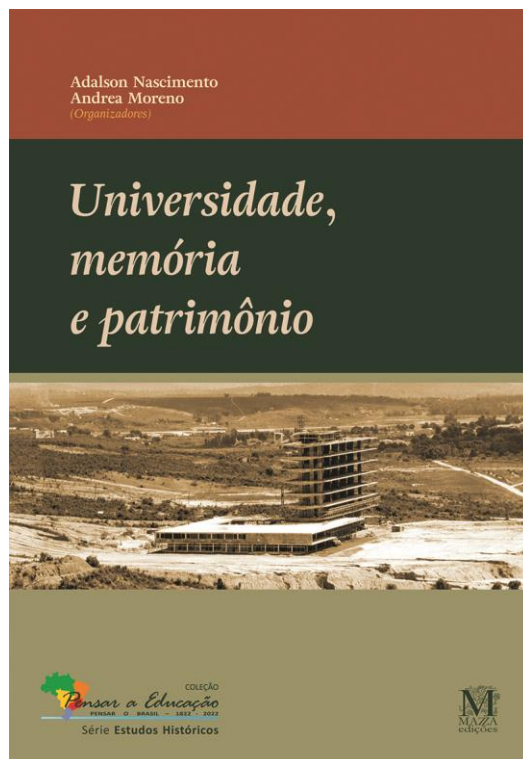


## Resenha do livro “Universidade, memória e patrimônio”



NASCIMENTO, Adalson.; MORENO, Andrea. (Orgs.). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos. 145 p.

**Gabriela Albanás Couto**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/SC – Brasil  
gabrielaacouto@gmail.com

**Tatiane Modesti**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/SC – Brasil  
tatianehis@yahoo.com.br

**Para citar esta resenha:**

COUTO, Gabriela Albanás; MODESTI, Tatiane. Resenha do livro “Universidade, memória e patrimônio”. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 382-389, set./dez. 2018.

**DOI: 10.5965/1984723819412018382**

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723819412018382>

A obra *Universidade, memória e patrimônio* é uma coletânea composta por oito textos, em sua maioria apresentados durante dois seminários promovidos pelo Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), nos anos de 2013 e 2014, organizada por Adalson Nascimento e Andrea Moreno. O livro reúne artigos que convergem no sentido de pensar a Universidade em sua relação com a preservação do patrimônio e da memória. Os textos revelam a heterogeneidade e a complexidade do material produzido ou pertencente à UFMG, e que se encontra em arquivos, acervos, museus, centros de documentação e memória, distribuídos em diversos setores da universidade. Discutem também dificuldades, formas de organização e “redes” que foram sendo criadas para fomentar, operacionalizar e otimizar o trabalho de salvaguarda de documentos institucionais.

Abrindo a coletânea com o texto *Museus e coleções universitárias*, a historiadora Letícia Julião reflete sobre o fato de as universidades serem um *lócus* privilegiado e historicamente constituído de formação desses espaços e acervos, uma vez que são ligadas à produção de conhecimento – e de poder. A autora explica que existem dois tipos de acervos universitários, os propriamente constituídos para fins de pesquisa e ensino e as coleções particulares (de artistas, intelectuais, professores) que chegam à universidade por meio de doações, tal como as realizadas por Assis Chateaubriand à Biblioteca Central da UFMG. Com relação aos museus, Julião diferencia musealização de colecionamento e de patrimonialização: a musealização “vai mais além, estendendo-se à função de comunicação, ao associar a pesquisa à disseminação do patrimônio” (p. 20). Ela afirma que o entendimento do que vem a ser um museu vem se transformando nos últimos anos, devido, em parte, a processos de musealização inovadores, sendo hoje mais uma prática social do que a institucionalização da organização de coleções e acervos.

Desta forma, os museus se tornaram espaços simbólicos nos quais as pessoas podem entrar em contato com sua realidade (e história), por meio do patrimônio ali apresentado. O papel dos museus, portanto, não se configura na proposta de colecionamento (como nos Museus de História Natural do final do século XIX e início do século XX), indo além da salvaguarda do patrimônio – vindo a ser um espaço de representação cultural da sociedade. Os museus universitários, por sua vez, também expressam essa condição, visto sua vocação de presentificar o conhecimento científico e

as formas de produzi-lo no âmbito acadêmico, de tornar a ciência acessível à sociedade, ao mesmo tempo em que abriga, assegurando a proteção apropriada, a coleções que são importantes para a construção e a interpretação da identidade cultural. Ao final do artigo, a autora apresenta os desafios postos às coleções e museus universitários e propõe a criação de um “espaço expositivo centrado” na Universidade, o que daria maior visibilidade às coleções universitárias e estabeleceria “conexões entre os distintos acervos, disciplinas e públicos” (p. 22). Finaliza reforçando que qualquer que seja a política adotada para a preservação de coleções universitárias, não poderá estar dissociada da tríade ensino, pesquisa e extensão – tripé da universidade.

Em *Patrimônio acadêmico-científico da Universidade: uma contribuição a partir da História da Educação*, Andrea Moreno e Luciano Mendes apresentam questões relacionadas ao trabalho que vem sendo desenvolvido no Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação da UFMG (Cedoc-FaE) e propõem reflexões acerca da atuação destes espaços de guarda, tratamento e divulgação naquela Universidade. Os autores chamam atenção para o fato de que muitos documentos, especialmente os decorrentes de práticas de ensino, não são considerados “dignos” de serem guardados/arquivados, sendo em sua maioria descartados. Esta constatação sugere o lugar de desprestígio da atividade docente na Universidade. O que se propõe, então, não é o abandono ou a negação da importância da pesquisa na vida da Universidade, mas sim um deslocamento do olhar da pesquisa para o ensino, passando a ocupar outra posição de narrativa. Para tanto, são necessárias fontes de pesquisa que revelem e ajudem a construir a história da educação – e do ensino – na Instituição, questão que, no entanto, aponta para dois problemas: o fato de que pouco se sabe sobre o que deve ser guardado para essa finalidade e os limites em relação à sensibilidade de professores para guardar tais documentos, transformando-os em possíveis fontes para futuras pesquisas.

Mendes e Moreno atentam ainda para “o impacto das novas tecnologias sobre a conservação e a guarda, e a importância de uma consideração especial para os arquivos pessoais dos docentes das universidades” (p. 29). Tais questionamentos implicam diretamente nas atividades da universidade hoje, como a utilização cada vez maior de meios digitais e também a falta de espaço físico e de recursos financeiros para a

existência de arquivos físicos. O desafio que se coloca, então, é o de como cuidar para que esses fragmentos não se percam, permitindo contar, a partir deles, parte da história da educação no âmbito universitário. Concluem Mendes e Moreno (p. 30), que o Cedoc-FaE está trabalhando atento a isso, realizando a guarda e a preservação da documentação da FaE e “buscando ensaiar novas formas de arranjos arquivísticos”.

O Cedoc-FaE faz parte da Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais, associação tratada por Rita de Cássia Marques e Verona Campos Segantini no artigo *Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais*. No texto, as autoras explicam a atuação conjunta dos vários museus, acervos e espaços de divulgação científica da Universidade para o fomento, organização, acesso e divulgação das atividades. As autoras discutem a Rede de Museus da UFMG a partir do conceito de “rizoma”, dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. A Rede de Museus “tem por objetivo convergir ações e propostas dos museus e espaços expositivos da UFMG” (p. 32) e uma de suas funções principais é discutir patrimônio institucional. O que guardar? Como guardar e por quê? Uma das atividades fins da universidade é a produção de conhecimento científico, de forma que o que se produz na pesquisa e o que se utiliza para gerar esse conhecimento resulta em acervos técnico-científicos. Produzem-se também acervos documentais dos mais variados na universidade, desde papéis relacionados à administração e à burocracia estudantil a materiais didáticos ligados ao ensino e pesquisa. Assim, para a Rede, “a Universidade deve enfrentar o desafio de definir o que é arquivo institucional e o que é acervo de memória” (p. 39). A preservação de patrimônio científico-cultural que fomente o olhar o passado, valorizando-o, é uma preocupação que se demonstra na atualidade. A divulgação científica, cujo objetivo é tornar o conhecimento acessível à sociedade em geral, é outro desafio que se coloca.

Apresentadas essas duas linhas de ação da Rede de Museus da UFMG, as autoras retomam o conceito de rizoma, oriundo da Biologia e que significa “linhas que se tocam e que trocam entre si”, para inspirar a imagem que representa o que tem sido esse trabalho em rede. “Desse modo, a imagem do rizoma ainda nos inspira: não é linear, não se fecha em si, está aberto a experimentações” (p. 41). O rizoma representa, sobretudo, conexões que se multiplicam, assim como o trabalho da Rede de Museus da UFMG.

Carlos Alberto Ávila Araújo, Wellington Marçal de Carvalho e Anália das Graças Gandini Pontelo escrevem o quarto artigo do livro: *As bibliotecas e a memória da Universidade Federal de Minas Gerais*. Seu objetivo é discutir o papel da biblioteca e a questão da memória na Universidade. Os autores partem das contribuições do pensador espanhol Ortega y Gasset para o desenvolvimento do conceito de biblioteca, já na primeira metade de século XX. A partir de suas reflexões, a biblioteca passa de mera coleção de livros e documentos à “assembleia de usuários da informação”. Da mesma forma o papel do bibliotecário, antes visto como mediador e até mesmo um selecionador de obras, acaba por assumir um caráter mais dialógico frente a essa nova forma de conceber o papel da biblioteca nas sociedades modernas. No entanto, a ideia de mediação não desaparece, mas se transforma ao ser compreendida como mediação intencional, e não mais imparcial como antes. Após essas definições iniciais, conceituando, inclusive, o que vem a ser uma biblioteca universitária, os autores apresentam o histórico do Sistema de Bibliotecas da UFMG, que tem suas origens quando da criação da Universidade, em 1927, e organizado em forma de Coordenação de Bibliotecas Universitárias na Reforma Universitária de 1968. Interessante observar que o Sistema possui regimento próprio. Vinculado à Reitoria, o Sistema é “tecnicamente responsável pelo provimento de informações necessárias às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade” e também “pela coordenação, administração e divulgação dos recursos informacionais das Bibliotecas da UFMG” (p. 53).

Em *Arquivos institucionais e memória da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo dos arquivos de arquitetura*, Silvana Santos e Renato Venâncio mostram o resultado de pesquisa realizada sobre o acervo referente à construção da UFMG. Dessa maneira, buscam tecer relações entre arquivo e memória e, para tanto, partem de uma conceitualização inicial da ideia de arquivo – bem como dos “arquivos de arquitetura”. Os autores explicam que cada projeto arquitetônico produz uma gama de documentos – estudo, anteprojeto, projeto de execução – que compõe acervos, juntamente com outros documentos relacionados aos projetos, tais como fotografias, desenhos, plantas baixas, textos. Para os autores, esses arquivos não são representações da memória coletiva, nem depósitos de memória, mas sim fontes para um trabalho de recuperação das memórias. Eles representam vestígios da história, e no caso, dos arquivos de arquitetura da UFMG,

que possibilitam o estudo sobre as concepções arquitetônicas, as edificações construídas ou destruídas, e atendem profissionais da arquitetura, historiadores e demais pesquisadores, e interessados na história da Universidade de modo geral. Tal acervo possibilita ainda pensar a relação entre a Universidade e a cidade, pois as formas e escolhas para o campus, os prédios, a estética, estavam imbricados em um processo mais amplo, de construção da cidade, no qual os modelos urbanísticos e arquitetônicos fazem parte.

O texto *Patrimônio biológico universitário – Relação ensino, pesquisa, extensão e museus universitários*, de Maria das Graças Ribeiro, tem como diferencial a discussão sobre a importância dos museus universitários para os acervos e coleções biológicas, trazendo, assim, a contribuição das ciências naturais para a história da educação. A cientista destaca a relevância do acervo universitário brasileiro no que tange à preservação do patrimônio de nossa biodiversidade, com coleções que se tornaram referência nacional e internacional, embora, em sua maioria, sejam desconhecidas até mesmo dentro das próprias instituições que o abrigam. Ribeiro, nesse sentido, apresenta os museus universitários como aliados na socialização do conhecimento científico e tecnológico, uma vez que fazem uma real integração entre ensino, pesquisa e extensão, protegem os acervos científicos-culturais que abrigam e, ainda, “são instituições que produzem e divulgam democraticamente o conhecimento, com metodologias inovadoras, linguagens atraentes e seguras, abordagens interativas e múltiplas formas de comunicação” (p. 87). Dessa forma, estabelecem pontes entre a universidade e a sociedade. Na segunda metade do artigo, Ribeiro apresenta o caso do Museu de Ciências Morfológicas da UFMG, do qual foi idealizadora e diretora. A autora relata as principais ações, tais como as exposições que foram realizadas pelo Museu desde a sua criação, em 1997, com a missão de promover a saúde e a preservação da vida humana.

O artigo intitulado *O acervo de obras raras e especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais*, de Diná Marques Pereira Araújo, Wellington Marçal de Carvalho e Anália das Graças Gandini Pontelo, aponta alguns elementos conceituais importantes para compreender a grandeza das coleções de obras raras e especiais pertencentes à Universidade. Primeiramente, problematizam a definição de “livro raro” e “livro antigo”, pois nem sempre um livro antigo é considerado um livro raro. Assim,

bibliotecas antigas podem ter muitos livros antigos nas prateleiras, mas no acervo de obras raras os critérios são mais específicos; embora também questionados e divergentes entre os especialistas. Alguns desses critérios dizem respeito à data de edição, à materialidade, como o tipo de encadernação, o papel, costura etc., pois essas formas de produção de livros remetem à determinada época. Os autores deixam claro, no entanto, que as definições de “livro raro” ou “livro antigo” são determinadas pela realidade de cada instituição e pela forma de organização de seus acervos. A UFMG formou, em 1930 – apenas três anos após sua fundação – sua biblioteca de “obras raras”. Este artigo nos conta o histórico da formação dessa coleção, bem como das coleções especiais da Biblioteca, explicando ao leitor como foram organizadas e em que data. Os autores sublinham o complexo processo de criação do acervo de obras raras da Universidade, que suscitou muitos questionamentos acerca dos critérios de raridade, além de destacar a revisão dos projetos e a reestruturação recente que sofreu. Relatam ainda como é realizado o trabalho de conservação preventiva de tais obras, fundamental para sua boa conservação. Em relação ao trabalho desenvolvido por este segmento do Sistema de Bibliotecas da UFMG, o texto traz ainda exemplos de duas exposições realizadas com o intuito de tornar o acervo conhecido do público. Ao final, os autores sinalizam o que é necessário para realizar uma política de desenvolvimento de acervos raros e especiais em bibliotecas universitárias.

Por fim, *Memórias e trabalho: o arquivo histórico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais*, texto de Carla Simone Chamon e Adalson Nascimento, faz uma síntese do que foi o projeto “100 anos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais: organização do arquivo histórico”. Desenvolvido no ano de 2013, o projeto teve como objetivo “realizar o tratamento arquivístico do conjunto documental histórico produzido e acumulado entre os anos de 1910, data de fundação da escola, e 1978, momento em que se iniciou uma nova fase na trajetória da instituição” (p. 124). O projeto preocupou-se com a higienização, a identificação, a organização e a guarda física da documentação. Os autores relatam cada fase do projeto, refletindo acerca dos desafios que se impuseram ao longo do mesmo, bem como das potencialidades encerradas no acervo em questão. Ao final do texto, Chamon e Nascimento reafirmam a importância da organização desse tipo de arquivo institucional para o avanço na

construção de uma história da educação brasileira e, neste caso mais especificamente, da história da educação profissional no Brasil. Tal projeto tem grande relevância na preservação da documentação histórica nacional. Os autores enfatizam que ações como essas viabilizam a pesquisa, uma vez que o material existente na instituição possibilita estudos acerca da cultura material da escola, história e funcionamento da instituição, métodos pedagógicos, conteúdos disciplinares, perfil dos alunos e processos de profissionalização.

Os artigos apresentados no livro, de modo geral, trazem uma importante contribuição: a preservação do patrimônio como uma das funções sociais das universidades. Esse patrimônio é expresso no livro por meio do papel dos centros de memória, materializados em vários espaços ou ações universitárias, que trabalham em “rede” buscando fomentar e otimizar o trabalho de preservação do patrimônio. Atuam ainda em comprometimento com a ciência, a pesquisa e a integração da sociedade com aquilo que se produz na universidade. Foram dados como exemplos, a Biblioteca Universitária, nos seus setores especiais como o “obras raras”, arquivos de arquitetura, Cedoc-FaE, museus universitários, acervos biológicos, arquivo do CEFET-MG, e outros, que compreendem e defendem a importância do patrimônio e memória universitária, em sua história, política e função social.

Recebido em: 07/02/2018

Aprovado em: 21/02/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 19 - Número 40 - Ano 2018

revistalinhas@gmail.com